

PROTOCOLO PARA O DESENVOLVIMENTO DO

PROGRAMA CAPACITAR

Iniciativa de capacitação da Administração Local para o desenvolvimento económico e social

PARTES

São entidades outorgantes do presente Protocolo e conjuntamente designadas por “PROMOTORES” do PROGRAMA CAPACITAR:

- a) A Direção-Geral das Autarquias Locais**, com sede na Rua Tenente Espanca, n.º 20 a 24, 1050-223 LISBOA, no uso das competências e em prossecução da sua Missão, adiante designada por DGAL, representada pela sua diretora-geral, Lucília Ferra;
- b) A Associação Nacional dos Municípios Portugueses**, com sede na Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004-511 COIMBRA, em prossecução da sua Missão, adiante designada por ANMP, representada pelo presidente do Conselho Diretivo, Manuel Machado;
- c) A Fundação para os Estudos e Formação Autárquica – Fundação CEFA**, com sede na rua do Brasil, 131, 3030-175 COIMBRA, no uso das suas competências, prosseguindo a Missão de aperfeiçoamento e modernização da administração local pela formação dos seus recursos humanos, adiante designada por Fundação CEFA, representada pelo seu Presidente, Fernando Pedro Almeida Baptista;
- d) A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte**, no uso das suas competências legais e em prossecução da sua Missão, adiante designada por CCDR e representada pelo seu presidente, Emídio Gomes;
- e) A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro**, no uso das suas competências legais e em prossecução da sua Missão, adiante designada por CCDR e representada pela sua presidente, Ana Abrunhosa;
- f) A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo**, no uso das suas competências legais e em prossecução da sua Missão, adiante designada por CCDR e representada pelo seu presidente, João Teixeira;

- g) **A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**, no uso das suas competências legais e em prossecução da sua Missão, adiante designada por CCDR e representada pelo seu presidente, António Dieb, e
- h) **A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve**, no uso das suas competências legais e em prossecução da sua Missão, adiante designada por CCDR e representada pelo seu presidente, David Santos.

Considerando:

1. A necessidade de acompanhar ao nível da capacitação e da qualificação a crescente preocupação dos autarcas com o desenvolvimento e a competitividade económica local, assentes numa abordagem séria das problemáticas da inclusão social, do empreendedorismo, da empregabilidade, da inovação, da otimização de redes, da cooperação, *da governança*, da equidade intergeracional, da especialização e marketing territorial, da captação de investimento e da programação estratégica, entre outros novos paradigmas da moderna e exigente governabilidade local;
2. As orientações estratégicas decorrentes do Portugal 2020, que agora tem início e que assentam nos Domínios Temáticos: Competitividade e internacionalização, Inclusão social e emprego, Capital humano, Sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos;
3. O conteúdo e conclusões do Relatório sobre Desenvolvimento e Competitividade Local produzido e apresentado em maio de 2014 por um Grupo de Trabalho independente composto por um conjunto de especialistas convidados pelos Senhores Secretários de Estado da Administração Local e do Desenvolvimento Regional;
4. O paradigma da cooperação inter-autarquias e a necessidade de estudo e divulgação das boas práticas na gestão local e estudo de casos de sucesso, quer nacionais, quer internacionais;
5. A importância crescente do estabelecimento de redes de municípios que reproduzam boas práticas e valorizem em conjunto as potencialidades transversais aos elementos da rede;

6. A necessidade de atualização de ferramentas e instrumentos de gestão face aos novos problemas com que se debatem os líderes locais, e
7. O desafio presente para o fomento da transferência de conhecimentos das instituições do ensino superior e de investigação para o sector público local, através de programas específicos de colaboração.

Os PROMOTORES acordam que:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Protocolo estabelece e regula o conteúdo, a estruturação, a implementação e a promoção do de um programa de capacitação da Administração Local para o desenvolvimento económico e social, designado por “Programa Capacitar”.

Cláusula 2.ª

Destinatários

O PROGRAMA CAPACITAR destina-se a autarcas dos executivos municipais, a membros das comissões executivas metropolitanas e dos secretariados executivos intermunicipais, aos dirigentes e trabalhadores dos municípios e das entidades intermunicipais, e a outros agentes do desenvolvimento local.

Cláusula 3.ª

Conteúdos Formativos

O PROGRAMA CAPACITAR visa a prossecução dos objetivos estratégicos e a capacitação nos conteúdos formativos previstos no Anexo I ao presente Protocolo, sem prejuízo de outros que com eles sejam compatíveis e coerentes poderem ser abrangidos pelas diferentes ações formativas.

Cláusula 4.ª

Pilares e Ações Formativas

O PROGRAMA CAPACITAR é constituído pelos seguintes 4 Pilares Formativos, compostos pelas Ações descritas no Anexo II ao presente:

- a) Pilar 1: Aprendizagem entre pares;

- b) Pilar 2: Capacitação avançada de líderes;
- c) Pilar 3: Formação de dirigentes e quadros;
- d) Pilar 4: Elaboração de estratégias para o desenvolvimento económico e social local.

Cláusula 5.ª

Responsabilidades dos PROMOTORES

1. As responsabilidades de cada um dos PROMOTORES na execução do presente Protocolo e na implementação do PROGRAMA CAPACITAR são diferenciadas em função das respetivas missões e competências, conforme a delimitação inicial prevista no Anexo III ao presente protocolo, sem prejuízo da possibilidade de ajustamentos acordados pelos PROMOTORES.
2. A DGAL é responsável por:
 - a) Coordenar globalmente e executar o PROGRAMA CAPACITAR;
 - b) Promover a elaboração de um guião e/ou materiais de utilização transversal nas ações formativas do PROGRAMA CAPACITAR;
 - c) Desenvolver os materiais promocionais do PROGRAMA CAPACITAR e participar na respetiva divulgação;
 - d) Mobilizar o apoio financeiro à implementação da Fase Piloto do PROGRAMA CAPACITAR, com eventual recurso, nos termos das regras aplicáveis, a cofinanciamento comunitário ou à rubrica prevista no artigo 96º da Lei do Orçamento de Estado para 2015;
 - e) Promover, através de entidade externa, a avaliação da Fase Piloto do PROGRAMA CAPACITAR;
 - f) No âmbito do Pilar I:
 - i) Coordenar a seleção e participar na aprovação das áreas de especialização comuns, atuais ou potenciais, de cada território que serão prioritárias para o PROGRAMA CAPACITAR e que são designadas por “Especialidades Territoriais Comuns”;
 - ii) Desenvolver e gerir a “Plataforma de Boas Ideias”, que será um base de divulgação pública de boas práticas de promoção do desenvolvimento

económico e social local e competitividade, de iniciativa ou com participação das entidades públicas locais;

iii) Participar na seleção das redes de municípios que integram o PROGRAMA CAPACITAR;

g) No âmbito do Pilar II, promover a organização, por instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras das áreas da gestão e da administração pública, a Capacitação Avançada de Líderes;

h) No âmbito do Pilar IV, promover, eventualmente com recurso à contratualização de terceiros, a conceção do Guião para a Elaboração da Estratégia de desenvolvimento económico e social.

3. As CCDRs são responsáveis por:

a) Divulgar o PROGRAMA CAPACITAR e mobilizar o envolvimento dos Destinatários;

b) No âmbito do Pilar I:

i) Identificar, no respetivo território, “Especialidades Territoriais Comuns” a desenvolver e propor a seleção das prioritárias;

ii) Propor os municípios para integrar as “Missões de Estudo”;

iii) Identificar e promover a recolha e tratamento, em modo padronizado, das “Boas Ideias” que integram a Plataforma;

iv) Estimular a criação de redes de municípios baseadas em “Especialidades Territoriais Comuns” e participar na seleção das redes que integram o PROGRAMA CAPACITAR;

c) No âmbito do Pilar II, organizar os “Seminários de Líderes para o Desenvolvimento”;

d) No âmbito do Pilar IV, acompanhar e apoiar os municípios na elaboração das Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Social Local.

4. A ANMP é responsável por:

a) Divulgar o PROGRAMA CAPACITAR e as Ações formativas dos diversos Pilares;

- b) Fomentar a adesão e participação dos municípios e entidades intermunicipais, respetivos autarcas, dirigentes e trabalhadores nas diversas Ações do PROGRAMA CAPACITAR;
 - c) No âmbito do Pilar I:
 - i) Promover o “*Erasmus Autarquias*” e, designadamente, a adesão dos municípios portugueses ao intercâmbio de trabalhadores;
 - ii) Propor os municípios para integrar as “Missões de Estudo”;
 - iii) Identificar e promover a recolha e tratamento, em modo padronizado, das “Boas Ideias” que integram a Plataforma.
5. A Fundação CEFA é responsável por:
- a) Divulgar o PROGRAMA CAPACITAR e as Ações formativas dos diversos Pilares;
 - b) No âmbito do Pilar I:
 - i) Operacionalizar as “Missões de Estudo”;
 - ii) Promover a realização de “*Estudos Aprofundados de Caso*” relativamente a iniciativas constantes da “Plataforma de Boas Ideias”, podendo para o efeito lançar concursos ou atribuir bolsas;
 - iii) Operacionalizar o Erasmus-Autarquias.
 - c) Organizar e realizar as ações formativas do Pilar III, dirigidas a dirigentes e trabalhadores dos municípios e entidades intermunicipais.

Cláusula 6.ª

Envolvimento de outras entidades

Os PROMOTORES poderão envolver como parceiros para a implementação do PROGRAMA CAPACITAR, redes de municípios e Instituições de Ensino Superior.

Cláusula 7.ª

Cofinanciamento

Atentos os fins e objetivos do PROGRAMA CAPACITAR, os PARCEIROS procurarão, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, candidatar organização e as ações do PROGRAMA CAPACITAR a cofinanciamento comunitário, designadamente do QREN na Fase Piloto, e do PORTUGAL 2020 na fase subsequente.

Cláusula 8.ª

Cronograma de Implementação

O cronograma de implementação do PROGRAMA CAPACITAR tem duas fases:

- a) 1.ª Fase - Projeto Piloto a executar em 2015, nos termos do cronograma anexo;
- b) 2.ª Fase – Desenvolvimento do PROGRAMA CAPACITAR a partir de 2016 e pelo período de 6 anos.

Cláusula 9.ª

Coordenação Executiva

O PROGRAMA CAPACITAR é coordenado pela DGAL.

Cláusula 10.ª

Outras disposições

1. Os PROMOTORES comprometem-se a cooperar entre si e com outros parceiros, com vista à boa execução do PROGRAMA CAPACITAR, respeitando o quadro legal vigente.
2. Independentemente dos meios humanos alocados ao PROGRAMA CAPACITAR, as partes outorgantes designam um ponto focal para as questões que possam colocar-se no âmbito do PROGRAMA CAPACITAR, o qual mantém atualizada toda a informação relevante.
3. O Protocolo vigora até 31 de dezembro de 2021.
4. O presente Protocolo pode ser objeto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada por qualquer das entidades signatárias, devendo ser aceites e validadas por todos os outorgantes dos representantes legais de cada uma das entidades signatárias.

São parte integrante do presente Protocolo os seguintes Anexos:

Anexo I – Conteúdos Formativos do PROGRAMA CAPACITAR

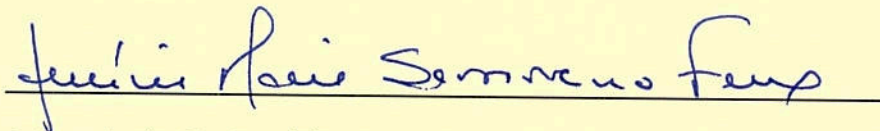
Anexo II – Pilares Formativos do PROGRAMA CAPACITAR

Anexo III – Mapa de Responsabilidade dos PROMOTORES do PROGRAMA CAPACITAR

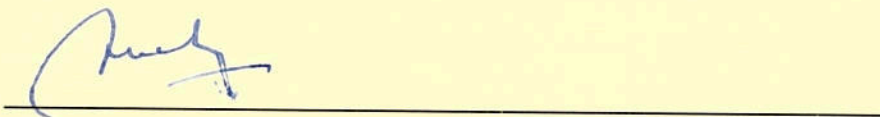
Celebrado em Coimbra, aos 13 de Março de 2015

OS SIGNATÁRIOS

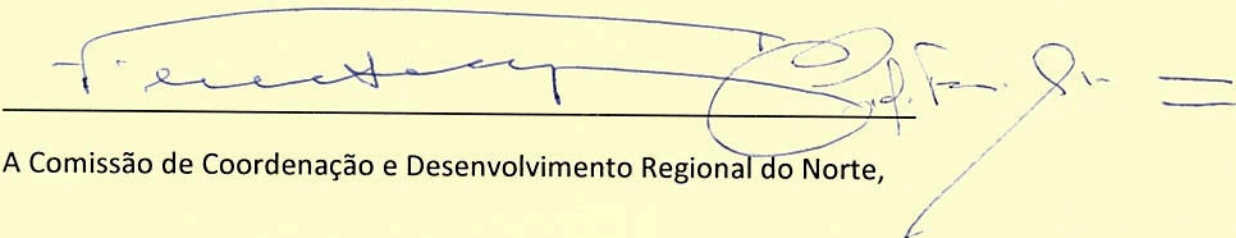
A Direção-Geral das Autarquias Locais,



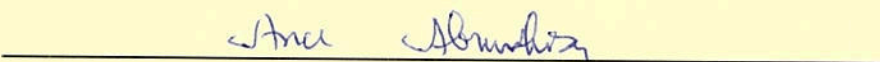
A Associação Nacional dos Municípios Portugueses,



A Fundação para os Estudos e Formação Autárquica – Fundação CEFA



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte,



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro,



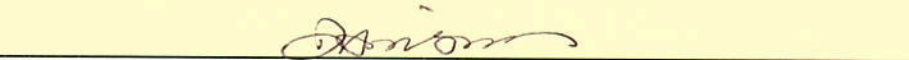
A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Lisboa e Vale do Tejo,



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo,



A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve,





ANEXO I - CONTEUDOS FORMATIVOS

PROGRAMA CAPACITAR - Iniciativa de capacitação da Administração Local para o Desenvolvimento Económico e social

Os autarcas têm uma crescente preocupação com o desenvolvimento e a competitividade económica local, os quais assentam numa abordagem inteligente das problemáticas da inclusão social, do empreendedorismo, da empregabilidade, da inovação, da otimização de redes, da cooperação, *da governança*, da equidade intergeracional, da captação de investimento, da especialização e marketing territorial e da programação estratégica, entre outros novos paradigmas da moderna e exigente governabilidade local.

O Programa CAPACITAR concebido para ter início em 2015, desenvolver-se-á pelo período do Portugal 2020 e visa cumprir estes objetivos para uma exigente qualificação, capacitando os autarcas, dirigentes e outros agentes locais, munindo-os de ferramentas e conhecimentos para esse fim, e preparando o acolhimento com êxito das novas atribuições e competências a transferir para o poder local com vista ao desenvolvimento social.

ÁREAS FORMATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL LOCAL

1. Diagnóstico prospetivo do Território	<p>1.1 Conhecimento da situação e evolução provável dos recursos: território, capital humano, empresas e instituições;</p> <p>1.2 Identificação dos fatores de diferenciação;</p> <p>1.3 Diagnóstico das vulnerabilidades e necessidades sociais.</p>
2. Cooperar e envolver	<p>2.1 As Entidades Intermunicipais e a cooperação intermunicipal;</p> <p>2.2 As Redes de Cidades;</p> <p>2.3 O triângulo: entidade autárquica / empresas / sistema científico e tecnológico.</p>
3. Atração de investimento	<p>3.1 Diplomacia económica;</p> <p>3.2 Diminuição de barreiras administrativas e da burocracia;</p> <p>3.3 Competitividade fiscal;</p> <p>3.4 Incubadoras e parques empresariais;</p> <p>3.5 Qualidade de vida e bem-estar social.</p>
4. Papel do município como dinamizador	<p>4.1 Apoio à educação e formação para o empreendedorismo;</p> <p>4.2 Os desafios e possibilidades do Portugal 2020;</p> <p>4.3 Promoção dos recursos do território, criação de marcas, denominações de origem e marketing territorial;</p> <p>4.4 Impulso à cooperação entre empresas;</p> <p>4.5 Estímulo à inovação.</p>
5. Criação de estratégia de desenvolvimento económico e social local	<p>5.1 Liderança estratégica;</p> <p>5.2 Plano de ação calendarizado com definição de responsabilidades;</p> <p>5.3 Modelo de governança da conceção e implementação da estratégia;</p> <p>5.4 Participação pública;</p> <p>5.5 Ações integradas no domínio social;</p> <p>5.6 Monitorização dos resultados e dos impactos e revisão periódica das abordagens seguidas.</p>

ANEXO II - PILARES FORMATIVOS

Pilar 1: Aprendizagem entre pares (“peer Learning”) : visitas de campo; missões de estudo; Plataforma de Ideias e “Estudos de Caso”; Criação de redes; Erasmus-autarquias (intercâmbio nacional e internacional);

Procurar-se-á fomentar a criação de redes nacionais e internacionais que estimulem a aprendizagem coletiva e a adoção de novas soluções e novas políticas públicas locais, bem como formas inovadoras para a sua implementação, beneficiando do conhecimento dos processos com maior êxito. Dinamização de mecanismos inovadores de *benchmarking*, nomeadamente para partilha e difusão de boas práticas, estimulando a criação de redes e a aprendizagem com estudo de casos de sucesso. Promover-se-á a realização de missões internacionais de estudo e implementar-se-á um subprograma de formação de trabalhadores das autarquias em contexto de trabalho em outras autarquias congéneres da União Europeia (Erasmus-autarquias)

Pilar 2: Capacitação avançada de líderes

Visa essencialmente a capacitação dos autarcas em competitividade e desenvolvimento local. Essa capacitação e desenvolvimento das competências dos autarcas e agentes do desenvolvimento local, envolve uma abordagem reconfigurativa dos tradicionais conteúdos e da metodologia tradicional associada à transmissão de saber, promovendo uma formação apelativa, criativa, interessante, mensurável pela *aplicação in loco* dos bons exemplos e gratificante do ponto de vista da qualidade dos conteúdos e das experiências apreendidas, sem olvidar as importantes áreas da transparência e da avaliação da gestão, pela monitorização dos resultados e dos impactos municipais e intermunicipais. Tratar-se-á de uma experiência avançada ministrada por reconhecidas Escolas Superiores de Gestão nacionais e/ou estrangeiras.

Pilar 3: Formação para dirigentes e quadros das autarquias e Entidades Intermunicipais.

Para sucesso do programa, haverá que estabelecer um pilar formativo que envolva os dirigentes e trabalhadores locais, justamente para desenvolvimento das suas competências que deverão refocalizar-se mais para o desenvolvimento e competitividade local; e também para o bom acolhimento das novas transferências da administração central para os municípios visando o desenvolvimento social.

Pilar 4: Elaboração de Estratégias para o Desenvolvimento Económico e Social Local

Disponibilização de ferramentas inovadoras de planeamento estratégico, nomeadamente modelos para a definição de estratégias de desenvolvimento local, necessariamente em linha com estratégias de maior âmbito territorial. Previsibilidade de acompanhamento tutorial para a elaboração de planos estratégicos de ação local.

PILAR I: APRENDIZAGEM ENTRE PARES (“PEER LEARNING”)

Ação: título	Programa de missões de estudo	Plataforma de “Ideias” e “Estudos de Caso”	Redes de Municípios	Erasmus-autarquias (intercâmbio nacional e internacional)
Breve descrição	Visitas de estudo ao estrangeiro, em grupos limitados, para conhecer casos de sucesso numa certa especialização sendo que do programa consta: visita aos “sítios” de sucesso; interação com os agentes responsáveis pela sua concretização; apresentação das fases de implementação do caso e trabalho em sala com análise das condicionantes do mesmo e avaliação.	1.ª Fase: Constituir uma plataforma institucional que dinamize e disponibilize (em portal de internet) boas ideias de desenvolvimento económico local; 2.ª Fase: Estimular junto das autarquias e da academia o desenvolvimento e seleção de estudos de caso de “sucesso” apresentados.	Dinamização de processos de cooperação e partilha entre municípios em torno de certo sector ou potencialidade, através do qual sejam realizadas ações conjuntas e de interação. (Por exemplo: redes de cidades digitais; rede de cidades criativas, etc.). A rede piloto das cidades criativas (RCC) terá 14 municípios.	Implementar um programa de Erasmus interautárquico, com intercâmbio de trabalhadores municipais em outras organizações nacionais ou congéneres da União Europeia, e outras, visando apropriar conhecimento e partilha de boas práticas.
Responsável	- CCDRs/DGAL/CEFA	- CCDRs: recolhem e tratam as boas ideias e casos de sucesso; - DGAL: Desenvolve e gere a plataforma e divulga; - Instituições de ensino superior: Promovem estudos de caso e acreditação dos mesmos.	- Consórcios de municípios (Fase Projeto Piloto: Rede de Cidades Criativas, que terá a responsabilidade de em conjunto com a DGAL e CCDRs apresentar critérios para constituição de futuras redes).	- ANMP/CEFA/CCDRs
Destinatários	- Presidentes de CM e Secretários das Entidades Intermunicipais. Eventualmente podem ser acompanhados de atores locais (agências de desenvolvimento local; empresários; sistema científico e tecnológico).	- Autarquias e Entidades intermunicipais.	- Grupos de Municípios.	- Dirigentes e trabalhadores das autarquias e das Entidades intermunicipais.
Cronograma	Missões de 3 dias, com início em abril de 2015.	Com início de recolha de boas práticas em Março de 2015, para validação.	Com início em abril de 2015.	A realizar por períodos de um a três meses, com início em abril de 2015.
Financiamento	- Fundos comunitários (Fase Projeto Piloto: POAT)	- Fundos comunitários, POAT.	- Fundos comunitários (Fase Projeto Piloto será financiada pelo POAT).	- Fundos comunitários (cofinanciamento das despesas de deslocação, alojamento e ajudas de custo, assegurando a autarquia o vencimento de origem).

PILAR II: CAPACITAÇÃO AVANÇADA DE LÍDERES

Ação: título	Programas de Capacitação Avançada de Líderes	Seminários de “Líderes para o Desenvolvimento”
Breve descrição	Experiência formativa avançada em Escola de Gestão de Universidade, com capacitação e desenvolvimento das competências dos autarcas nas áreas formativas do Programa Capacitar, através de conteúdos e metodologias avançadas típicas destas Escolas, incluindo casos de estudo exemplares. Cursos de curta/média duração que podem ser realizados em parceria ou associação por Universidades portuguesas ou estrangeiras.	Realização de seminários de um a dois dias, com apresentação, e discussão de casos de sucesso em desenvolvimento e competitividade económica e social local. Podem envolver apresentações de academias, ou autarcas e outras personalidades, nacionais ou estrangeiras.
Responsável	- Escolas de Negócio ou Gestão, idealmente em soluções mistas de Universidades portuguesas e estrangeiras. (A DGAL promove a Organização por estas instituições do Ensino Superior).	- Escolas de Negócio ou Gestão, idealmente em soluções mistas de Universidades portuguesas e estrangeiras; - CCDRs
Destinatários	- Presidentes de Câmara Municipal; - Membros Comissões Executivas Metropolitanas e Secretários de Entidades Intermunicipais; - Vereadores.	- Presidentes de Câmara Municipal; - Membros Comissões Executivas Metropolitanas e Secretários de Entidades Intermunicipais; - Vereadores.
Cronograma	A realizar trimestral ou semestralmente ao longo da vigência do Programa Capacitar, com início no I trimestre de 2015. - Fase Projeto Piloto: com início em abril de 2015, com duração de 4x2 dias (ao longo de 4 meses).	Realização frequente, divulgada no portal do Programa e pelos parceiros. Na Fase Projeto Piloto serão realizados pelo menos 4 seminários entre Abril e Julho de 2015.
Financiamento	- Fundos comunitários; - Fase Projeto Piloto financiada pelo POAT; - Recursos próprios (equacionar taxa de participação reembolsável com a conclusão assídua do programa).	- Fundos comunitários. - Fase Projeto Piloto financiada pelo POAT.

PILAR III: FORMAÇÃO DE DIRIGENTES E QUADROS

Ação: título	Cursos de formação
Breve descrição	<p>Curso de formação para dirigentes e técnicos locais, para desenvolvimento das suas competências que deverão refocalizar-se para o desenvolvimento e competitividade local e, para o bom acolhimento das novas transferências de competências da administração central para os municípios, visando o desenvolvimento social, nas áreas formativas do programa.</p> <p>Formação com recurso a módulos eminentemente aplicados e interativos, possibilitando através de exercícios concretos sensibilizar os participantes para as novas abordagens face aos novos desafios, acolhendo meritoriamente as novas competências a transferir da administração central, e promovendo a partilha de conhecimentos. Realização de seminários de trabalho, com dinamização de mecanismos inovadores de <i>benchmarking</i>, com forte componente prática, através de estudos de caso de sucesso, visando adotar as boas práticas no setor e ultrapassar barreiras ao sucesso do programa de qualificação para o desenvolvimento e competitividade económica local. Promover a boa aplicação de fundos comunitários (FSE). Difusão das boas práticas.</p>
Responsável	<ul style="list-style-type: none">- Promotores Gerais: CEFA, CCDRs;- Parceiros para módulos sobre Portugal 2020: Agência para o desenvolvimento e Coesão e Portugal Inovação Social;- Outros parceiros: Institutos Politécnicos e Universidades Portuguesas.
Destinatários	<ul style="list-style-type: none">- Dirigentes e trabalhadores da autarquia e das Entidades Intermunicipais.- Atores locais, designadamente agências de desenvolvimento local; empresários; sistema científico e tecnológico.
Cronograma	Com a duração de 3 a 6 dias, a realizar, com início em abril de 2015. Na Fase Projeto Piloto serão realizados 4 cursos, de abril a julho de 2015.
Financiamento	<ul style="list-style-type: none">- Fundos comunitários; na Fase Projeto Piloto, POAT;- Portugal 2020- Fundos Nacionais (Governo e Município).

PILAR IV: ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL LOCAL

Ação: título	Criação do Guião de Procedimentos para a elaboração de Estratégias Locais	Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Económico e Social Local
Breve descrição	Criação de um Guião de Procedimentos que possa ser utilizado pelas diferentes autarquias e agentes como orientação para o processo e o conteúdo na Elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Económico e Social Local.	Será feito o acompanhamento tutorial para a elaboração de programas e planos estratégicos de ação local, necessariamente articulados com os planos de ação supra-municipais respetivos e com ênfase na avaliação dos impactos da estratégia de desenvolvimento adotada e desenvolvida, atentas as especificidades e recursos diferenciadores de cada território, e que permitam o desenvolvimento dos fatores de afirmação. Será feito através de consultoria direta ao autarca ou secretário executivo.
Responsável	DGAL e Equipa de Coordenação do Capacitar com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento e Competitividade Económica Local, com possível contratação a terceiros.	- Escolas de Gestão de Universidades Portuguesas (a definir por concurso).
Destinatários	Os responsáveis municipais pela elaboração das estratégias de desenvolvimento económico e social local	- Municípios (com eventual preferência àqueles cujos autarcas tenham realizado ações do pilar I do Programa).
Cronograma	A realizar no 1º semestre de 2015	Início previsto para o II ou III Trimestre de 2015. Deve equacionar-se que a aprovação e existência de uma Estratégia de Desenvolvimento Económico e Social Local seja condição para elegibilidade ou para majoração nos apoios por fundos comunitários.
Financiamento	- Fundos comunitários; na Fase Projeto Piloto, POAT - Portugal 2020	- Fundos comunitários.

LISTA DE SIGLAS

ADC – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO

ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

CCDR – COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CEFA – FUNDAÇÃO PARA OS ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA

DGAL – DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS


FSE – FUNDO SOCIAL EUROPEU

POAT – PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PORTUGAL2020 – ACORDO DE PARCERIA ADOTADO ENTRE PORTUGAL E A COMISSÃO EUROPEIA, QUE REÚNE A ATUAÇÃO DOS 5 FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO – FEDER, FUNDO DE COESÃO, FSE, FEADER E FEAMAP, ENTRE 2014 E 2020

QREN – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL (2007-2013)

RCC - REDE CIDADES CRIATIVAS, CONJUNTO DE 14 MUNICÍPIOS, DAS REGIÕES NORTE, CENTRO, ALENTEJO E ALGARVE, DESIGNADAMENTE: ABRANTES, ÁGUEDA, AVEIRO, CALDAS DA RAINHA, CASTELO BRANCO, ÉVORA, FUNDÃO, GUIMARÃES, MONTEMOR-O-NOVO, ÓBIDOS, PENELA, POMBAL, SÃO JOÃO DA MADEIRA E TAVIRA.

PILAR		AÇÃO/RESPONSABILIDADE E ENVOLVIMENTO DA ENTIDADE		DCAL	CCDRn	CCDR	Algarve	MUNICÍPIOS PORTUGUESES	FUNDAÇÃO CEFA	Instituições do Ensino Superior	Rede de Municípios Criativas	13.03.2015
I - Aprendizagem entre pares	Programa de missões de Estudo	Apoio técnico, coordena, prepara missões de estudo e aprova lista final das prioridades	Identifica lista de prioridades e propõem municípios para as "Missões de Estudo"	Propõe prioridades e municípios para as "Missões de Estudo"	Organização logística das "Missões de Estudo" p/ especialidade		Propõe missão com tema Cidades Criativas		ANEXO III - Mapa de Responsabilidade dos Promotores PROGRAMA CAPACITAR			
	Plataforma de Ideias e Estudos de Caso	Desenvolve e gere a plataforma de "Boas Ideias"	Identifica e promove a recolha e tratamento das "Boas Ideias" que integram a Plataforma	Identifica e recolhe as "Boas Ideias" e casos de sucesso em modo padronizado	Promove em modo de concurso ou bolsa a realização de "estudos de caso"	Promovem estudos de caso e a acreditação dos mesmos						
	Redes de Municípios	Contratualiza o financiamento; contratualiza o Plano estratégico da rede cidades criativas; estabelece critérios para definição de novas redes	Estimula a criação de redes de municípios em função das especialidades territoriais comuns e interesses específicos	Divulga e fomenta	Concebe cursos e conteúdos formativos na optica das redes		Coordena e implementa as ações, articulando-as com a coordenação do Capacitar					
	Erasmus-autarquias	Intermedeia o financiamento	Apoio técnico	Promove e fomenta a adesão dos municípios ao intercâmbio de trabalhadores	Organiza o Erasmus inter-autarquias							
II - Capacitação avançada de Líderes	Programa de Capacitação Avançada de Líderes	Promove a organização por Instituições de Ensino Superior	Divulga e promove inscrições	Divulga e promove inscrições		Organiza		ANEXO III - Mapa de Responsabilidade dos Promotores PROGRAMA CAPACITAR				
	Seminários de Líderes para o Desenvolvimento		Organiza os Seminários de Líderes para o desenvolvimento	Parceira na organização e divulga	Divulga							
III - Formação Dirigentes e Quadros	Cursos de Formação	Contratualiza financiamento	Divulga	Divulga e promove	Organiza e realiza as ações			ANEXO III - Mapa de Responsabilidade dos Promotores PROGRAMA CAPACITAR				
IV - Estratégias Desenvolvimento Económico e Social Local	Guião de Procedimentos para as Estratégias Locais	Promove a Elaboração do Guião	Acompanha elaboração			Elabora						
	Elaboração das Estratégia de Desenvolvimento Local	Monitoriza	Acompanha e apoia os municípios na elaboração das EDESL			Apoia e faz tutoria						